

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.541.594 - SC (2015/0161995-5)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : CARLOS HOEPCKE ADMINISTRAÇÃO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO : RAFAEL DE ASSIS HORN E OUTRO(S) - SC012003
AGRAVADO : ÁLVARO MILLEN DA SILVEIRA FILHO
AGRAVADO : ARY MILLEN DA SILVEIRA
AGRAVADO : SARITA LACAL DA SILVEIRA
AGRAVADO : JUCA BRINCAS DA SILVEIRA
AGRAVADO : JULIETA SELVA DA SILVEIRA
AGRAVADO : MARIA AUGUSTA SILVEIRA HULSE
ADVOGADOS : DENISSANDRO PERERA E OUTRO(S) - SC011184
PEDRO TERRA TASCA ETCHEPARE E OUTRO(S) - SC024500
AGRAVADO : CHANG TE AN
AGRAVADO : CHANG LEE YUEH YIN
ADVOGADOS : MARCELO GALLI SANTANA E OUTRO(S) - SC010675
HÉLIO RUBENS BRASIL - SC013041
ALFREDO DA SILVA JÚNIOR - SC013222

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECURSO INTERPOSTO PELA HOEPCKE.** AÇÃO REIVINDICATÓRIA. USUCAPIÃO ORDINÁRIA. VIOLAÇÃO DO ART. 511 DO CPC/73. DESERÇÃO. CONFIGURADA PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

CARLOS HOEPCKE ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA (HOEPCKE) ajuizou ação reivindicatória, cumulada com nulidade de transcrição contra CHANG TE AN e CHANG LEE YUEH YIN (CHANG e outra), buscando a condenação dos réus à devolução da posse de parte de seu terreno que invadiram com base em título nulo de pleno direito e o ressarcimento dos prejuízos causados pela invasão.

Em primeiro grau, a ação foi julgada procedente para reintegrar HOEPCKE na posse do imóvel objeto do litígio e condenando CHANG e outra ao pagamento dos prejuízos causados pelo esbulho, a serem apurados em liquidação de sentença (e-STJ, fls. 799/809).

Superior Tribunal de Justiça

CHANG e outra interpuseram apelação pleiteando o reconhecimento de usucapião do terreno e a reforma da sentença para que seja declarada a improcedência do feito (e-STJ, fls. 820/832).

O TJSC, acolhendo a exceção de usucapião, julgou improcedente a ação reivindicatória, nos termos do acórdão, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA CUMULADA COM NULIDADE DE TRANSCRIÇÃO. TERRENO DOS AUTORES QUE É PARCIALMENTE INVADIDO PELOS RÉUS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DOS DEMANDADOS. PRELIMINAR. NULIDADE DO DECISUM. NECESSIDADE DE INCLUSÃO DO TABELIONATO NO POLO PASSIVO DA DEMANDA. PLEITO QUE FOI INDEFERIDO ATRAVÉS DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. PARTE QUE NÃO INTERPÔS RECURSO DE AGRAVO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. INVIABILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. RECURSO NÃO CONHECIDO NO PONTO.

Se a matéria decidida no curso do processo não abarca direito indisponível, a ausência de regular impugnação, mediante recurso próprio, traduz inegável aceitação com o teor do que deliberado, obstando ulterior discussão em torno da mesma temática, já fulminada pela preclusão. Inteligência do art. 473 do CPC.

EXCEÇÃO DE USUCAPIÃO ARGUIDA PELA DEFESA. ÁREA CONTROVERTIDA QUE ENVOLVE PARCELA SOBREPOSTA AO TERRENO DE PROPRIEDADE DOS AUTORES. REQUERIDOS QUE ADQUIRIRAM A ÁREA E A OCUPAVAM HÁ MAIS DE UMA DÉCADA QUANDO HOUVE O AJUIZAMENTO DA AÇÃO. POSSE EXERCIDA DE FORMA MANSA, PACÍFICA, COM ÂNIMO DE DONO E JUSTO TÍTULO. PRESENÇA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS AO RECONHECIMENTO DA USUCAPIÃO. ART. 551 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. EXCEÇÃO ACOLHIDA. IMPROCEDÊNCIA DO PLEITO REIVINDICATÓRIO, COM A RESSALVA DE QUE A DECISÃO NÃO SERVE PARA FINS DE REGISTRO NO ÁLBUM IMOBILIÁRIO, O QUE DEVERÁ SER BUSCADO EM AÇÃO PRÓPRIA. INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E PROVIDO (e-STJ, fl. 882).

Os embargos de declaração opostos por HOEPCKE foram rejeitados (e-STJ, fls. 912/916).

Irresignados, ÁLVARO MILLEN DA SILVEIRA FILHO e outros (ÁLVARO e outros) interpuseram recurso especial afirmando (1) a violação do art. 551 do

Superior Tribunal de Justiça

CC/1916 porque a usucapião ordinária exige a presença de justo título e boa-fé e que a procuração falsa enseja típica venda a *non domino*. (2) Aduziram a existência de dissídio jurisprudencial sobre o tema (e-STJ, fls. 926/941).

Em seu recurso especial a HOEPCKE alegou, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos dispositivos legais (1) 550 e 551 do CC/1916, sustentando que a existência de fraude do suposto título impede a sua caracterização como justo; (2) 511 do CPC/73, requerendo a deserção da apelação em virtude da ausência de comprovação do pagamento do preparo no ato de sua interposição; (3) 131 e 535, I e II, do CPC/73, alegando omissão e negativa de prestação jurisdicional visto que o acórdão recorrido deixou de se manifestar acerca de temas, documentos e fatos indispensáveis ao julgamento da lide.

Os recursos especiais não foram providos em decisões monocráticas de minha relatoria, assim ementadas:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. USUCAPIÃO ORDINÁRIA. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. (1) VIOLAÇÃO DOS ARTS 131 E 535 DO CPC/73. OMISSÃO E NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. (2) OFENSA AOS ARTS. 550 E 551 DO CC/16. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. (3) CONTRARIEDADE AO ART. 511 DO CPC/73. DESERÇÃO. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. (4) DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. INVIABILIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO (e-STJ, fls. 1.100 - recurso HOEPCKE).

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. USUCAPIÃO ORDINÁRIA. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. (1) VIOLAÇÃO DO ART. 551 DO CC/16. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. (2) DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO (e-STJ, fl. 1.109 - recurso ÁLVARO e outros).

Nas razões deste agravo interno, HOEPCKE afirmou (1) a violação dos arts. 550 e 551, do CC/1916 porque o título aquisitivo foi oriundo de fraude e não pode ser considerado justo para os fins de reconhecimento da usucapião; (2) que o tema foi tratado no acórdão proferido pelo TJSC, não sendo necessária a revisão do conjunto fático-probatório dos autos; (3) que o título apresentado não abrange a área litigiosa, pois não houve a indicação da casa; (4) a negativa de vigência do art. 511, do CPC/73 porque a apelação foi interposta sem o comprovante de pagamento das custas, sendo, portanto, deserta; e, (5) a

Superior Tribunal de Justiça

violação dos arts. 131 e 535, do CPC/73 quanto à inexistência de provas da má-fé na aquisição.

A impugnação não foi apresentada (e-STJ, fl. 1.150).

É o relatório.

O atual inconformismo merece prosperar.

De plano vale pontuar que a disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Do agravo interno

HOEPCKE aduziu a negativa de vigência do art. 511, do CPC/73 porque a apelação foi interposta sem o comprovante de pagamento das custas, sendo, portanto, deserta.

Constou na decisão agravada que o TJSC porque houve a certificação do pagamento, *in verbis*:

Sobre o tema relativo à deserção, o Tribunal de origem pronunciou-se nos seguintes termos:

De saída, anoto que não há que se falar em deserção, pois embora o apelante não tenha apresentado o comprovante de pagamento da guia acostada às fls. 604, foi certificado (fls. 634), pela seção de autuação deste Tribunal, que houve o pagamento do preparo, conforme relatório de fls. 633 (e-STJ, fl. 915 – sem destaque no original).

No caso dos autos, para modificar o entendimento das instâncias ordinárias quanto à existência de deserção também seria necessário o reexame de prova, o que é vedado no STJ em virtude da aplicação de sua Súmula nº 7 [...] (e-STJ, fls. 1.105).

Contudo, de acordo com a redação do art. 511 do CPC/73 e nos termos da jurisprudência, vigente no momento da interposição do recurso de apelação, não era possível a posterior comprovação do pagamento das custas .

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CONSIDERADA DESERTA PELA CORTE LOCAL. REGULARIZAÇÃO POSTERIOR À INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. DESERÇÃO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. SÚMULA 280/STF. INCIDÊNCIA.

1. O Superior Tribunal de Justiça possui tese consolidada, na Corte Especial e nas Seções Especializadas, no sentido de que a comprovação do preparo deve ser feita no ato de interposição do recurso, conforme determina o art. 511 do Código de Processo Civil de 1973, sob pena de preclusão, não se afigurando possível comprovação ou regularização posterior, ainda que o pagamento das custas tenha ocorrido dentro do prazo recursal.

2. A análise da questão do preparo da apelação interposta no Tribunal de origem remete à análise de legislação local, qual seja, o Provimento da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo 33/2013, o que atrai a incidência da Súmula 280 do STF e impede o conhecimento do apelo extremo.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.727.664/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 7/5/2019, DJe 15/5/2019)

RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA. ARREMATACÃO DE IMÓVEL. PENHORA EM EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA. EMBARGOS DE TERCEIRO OFERECIDOS PELOS ARREMATANTES. APELAÇÃO DO EXEQUENTE. PREPARO INSUFICIENTE. JULGAMENTO DO RECURSO. ACÓRDÃO ANULADO. PRAZO PARA COMPLEMENTAÇÃO SOB PENA DE DESERÇÃO. JULGAMENTO: CPC/73.

1. Embargos de terceiro ajuizados em 19/01/2010, de que foi extraído o presente recurso especial, interposto em 10/12/2014 e atribuído ao gabinete em 25/08/2016.

2. O propósito recursal consiste em decidir sobre: a) a negativa de prestação jurisdicional; b) a deserção do recurso de apelação interposto pelo recorrido; c) a inépcia do recurso de apelação interposto pelo recorrido; d) o cabimento dos embargos de terceiro; e) a distribuição da sucumbência.

3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, estando suficientemente fundamentado o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não se vislumbra a alegada violação do art. 1.022, I e II, do CPC/15.

4. O recolhimento do preparo é requisito de admissibilidade do recurso de apelação, cabendo ao recorrente comprová-lo no ato de sua interposição (art. 511 do CPC/73), exceto se demonstrar justo impedimento para fazê-lo ou se for beneficiário da justiça gratuita. Se o valor recolhido for

Superior Tribunal de Justiça

insuficiente, como na hipótese, a lei prevê que ao recorrente deve ser oportunizada a complementação, no prazo de 5 dias, sob pena de deserção (§ 2º do art. 511 do CPC/73).

5. A deserção é a sanção aplicada à parte que negligência o recolhimento do preparo - seja quanto ao valor, seja quanto ao prazo - e tem como consequência o não conhecimento do recurso interposto.

É, pois, vício formal que, na espécie, não pode ser suprido pelo julgamento do recurso, como o fez o Tribunal de origem, maculando de nulidade o acórdão de apelação.

6. Hipótese em que não se pode admitir que a apelação seja julgada para só então se exigir do recorrente o complemento do respectivo preparo.

7. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1.523.971/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 5/2/2019, DJe 8/2/2019)

Assim, considerando que o TJSC consignou que o recurso de apelação foi interposto sem a comprovação do pagamento das custas, não há como ser afastada a deserção.

O acórdão recorrido deve ser cassado para que seja restabelecida a sentença proferida na primeira instância.

Nessas condições, **RECONSIDERO** a decisão agravada (e-STJ, fls. 1.121/1.127) para **DAR PROVIMENTO** ao recurso especial interposto pela HOEPCKE de modo reconhecer a deserção do recurso de apelação interposto no TJSC.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator